

TOLEDO, L. H.; COSTA, C. E. (orgs.) *Visão de Jogo: antropologia das práticas esportivas*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009. 279 páginas.

Marília Martins Bandeira



Uma compilação de investigações decorrentes da vinculação de seus autores - nos níveis de iniciação científica, mestrado e pós-doutorado - ao projeto jovem pesquisador de Luiz Henrique de Toledo intitulado “Das formas simbólicas e natureza social dos esportes coletivos: perspectiva comparada em antropologia do esporte,” *Visão de Jogo*, como se apresenta, teve como objetivo descortinar, por meio da etnografia, e em um exercício comparativo, categorias que estavam ocultas em certas práticas e tornar mais evidentes aspectos de alguns fenômenos esportivos antes restritos a seus portadores. Entre eles foi possível notar a prevalência e organizar, no presente texto, a fim de potencializar a proposta comparativa, os capítulos, segundo os aspectos: estilos de jogar e corporalidade, gênero, política e simbolismo híbrido.

Além disso, e antes de mais nada, é importante notar o subtítulo do livro, *antropologia das práticas esportivas*, que sinaliza para uma inovação na abordagem deste campo. Os organizadores, em detrimento de antropologia dos esportes, optaram por utilizar o termo práticas esportivas face aos diferentes recortes de pesquisa que se apresentaram ao longo do projeto. Procurando evitar que a primeira expressão remetesse mais detidamente a modalidades esportivas competitivas de alto desempenho, enquanto a segunda forneceria mais mobilidade temática aos estudos de práticas que conjugam princípios simbólicos, como os chamam, híbridos.

Sobre estilos de jogar e corporalidade, no capítulo quatro, Júlio César Jatobá Palmiéri compara os fenômenos assemelhados de êxodo de jogadores de futebol e de basquete do Brasil. O autor constata, a partir destes fluxos, que as *performances* dos atletas influenciam e são influenciadas pelas regras distintas dos campeonatos locais e pelos diferentes *estilos* de jogo, individuais ou próprios ao destino da emigração, que desvelam

no esforço comparativo um estilo de jogar basquete à brasileira. Isto demonstra que uma vez que há consenso sobre as características das diferentes escolas de basquete, o jogador pode direcionar seu treinamento e alterar seu *estilo*, visando uma transferência.

Já Leonardo Erivelto Soares de Oliveira, no quinto capítulo, apresenta uma reflexão sobre a constituição de um estilo brasileiro de jogar vôlei através de um estudo minucioso da evolução das regras e sistemas de pontuação do voleibol como se deram para sua adaptação ao público jovem e sua veiculação massiva na mídia. O autor sugere que sempre houve espaço para a inovação de certos atletas, técnicos ou equipes, no sentido de diferentes interpretações possíveis das regras, que acabaram por caracterizar os estilos de jogar. Isto é exemplificado pelos casos da criação do saque “viagem” e “jornada nas estrelas.” O autor afirma que o estilo brasileiro no vôlei teria surgido, como estes saques, na década de 1980 e que a estatura relativamente baixa dos jogadores era compensada pela sua versatilidade, um repertório variado de jogadas ensaiadas, levantadores habilidosos e finalizações velozes e criativas. E que estas características seriam relacionadas, pelos agentes do vôlei nacional tanto a certo talento e inteligência essencializadas dos jogadores, como ao processo de racionalização do esporte, com a exaltação da competência na administração das instituições esportivas nos últimos anos.

Por sua vez, no nono capítulo, Claudemir José dos Santos, transporta o leitor ao universo das escolinhas de futebol, para apresentar como o estilo de jogar à brasileira, frequentemente associado à rua, à várzea e à pelada é operado nesta nova configuração institucionalizada do futebol nacional. O autor dispõe de uma breve história do surgimento de tais instituições que remete à racionalização do mesmo na década de 1980 e enfoca, então, o processo de aprendizagem do futebol em seu interior em uma cidade média do interior paulista, problematizando as representações de família e trabalho, religiosidade e dom, jeito inato e formatação do corpo, habilidade com o pé esquerdo, incorporação técnica nas rotinas diárias e formas de moldagem de jogadores de futebol.

Por fim, Luiz Henrique de Toledo arremata o tema com uma análise comparativa do impacto dos trabalhos de Eduardo Archetti e Roberto DaMatta, como estilos de pensar sobre os estilos de jogar, expoentes da antropologia dos esportes na América Latina, que embalaram com seus modelos explicativos, entre outros, os autores deste livro.

No que se refere à reflexão sobre gênero, no terceiro capítulo, Juliana Affonso Gomes Coelho se propõe a verificar como distintas constituições sociais de gênero se apropriam diferentemente das práticas esportivas de maior apelo midiático, a saber, o

futebol como contraponto do vôlei. Baseada na perigosa afirmação de que o voleibol é o esporte preferido das mulheres, resultado de uma enquete realizada pela confederação brasileira de vôlei, a autora propõe que em um cenário marcado pelo domínio do futebol e da masculinidade a associação entre eles é exacerbada, enquanto no vôlei, originalmente um jogo desenvolvido para uma masculinidade alternativa à hegemônica, a da população de faixa etária mais avançada dos clubes cristãos norte americanos, esta associação se daria de maneira mais amena. O vôlei visava o suave, o não violento, o leve, em contraponto ao violento, à força, à velocidade. E embora tenha passado por uma reformulação que deu lugar ao vigor físico e à agressividade, o segundo esporte mais praticado do país, segundo a autora, é visto por ela como a prática preferida entre as mulheres, talvez porque tenha sido, devido a suas características primeiras, o primeiro esporte olímpico coletivo a prever a participação feminina. Este estudo a leva a concluir após uma frágil demonstração etnográfica do que denomina de “feminilização do voleibol” e do movimento daqueles que, segundo suas palavras, pretendem enaltecer a “macheza” em oposição a um “esporte de viados”; que embora se encontrem mulheres e homossexuais no vôlei, e embora isso dê a pensar a possibilidade de um esporte híbrido, que acomodaria a pluralidade real entre o que se entende por masculino ou feminino, a sociedade está estruturada segundo princípios androcêntricos e o homossexual e a mulher ainda são relegados a espaços esportivos restritos.

Lara Tejada Stahlberg, por sua vez, enfoca a relação entre futebol e gênero através de pesquisa etnográfica realizada em estádios de futebol e “comunidades” de torcedoras em sites de relacionamento da Internet. A autora destaca o número crescente de mulheres na cena do futebol, seja nas torcidas dos estádios, na mídia especializada ou como árbitras. Desta forma, investiga qual espaço estas mulheres reivindicam para si no universo futebolístico, como o tem conquistado e que imagem tem de si mesmas nele e em contraste com aquela dos homens sobre elas. Embora tenha identificado nos sites de relacionamento um grande número de “comunidades” que associam as mulheres aos estereótipos hegemônicos tais como “Mulher e futebol não combinam” ou “Mulher não entende de futebol” outras “comunidades” criadas por mulheres como *locus* seguro para vivenciarem uma modalidade de torcida, propiciam encontros para além do mundo virtual e promovem a organização coletiva destas mulheres que culmina em sua ida conjunta aos estádios e a construção de uma imagem por oposição à imagem de outras mulheres que frequentam estes espaços. Isto é demonstrado através da descrição das dinâmicas entre categorias nativas de acusação: “marias-chuteira,” “torcedoras de

modinha,” “mulheres masculinizadas” e “verdadeiras torcedoras.” Isto leva a autora a concluir que as mulheres ainda se deparam com empecilhos à sua participação no futebol, que não só o preconceito que parte dos homens, mas também aquele que parte de outras mulheres. A disputa por um espaço legítimo para as mulheres no futebol as faz, segundo a autora, fiscalizar umas às outras e garantir o cumprimento de regras naturalizadas e internalizadas, que afirmam a dominação masculina nos estádios.

Outro recorte interessante de pesquisa que aparece em *Visão de Jogo* é a investigação da influência política ou de personagens específicos na estruturação das dinâmicas de uma modalidade ou um clube. O primeiro é demonstrado por Sandro Francischini quando aborda as implicações da administração da Confederação Brasileira de Desportos por João Havelange no desenvolvimento da nacionalização do futebol brasileiro. O autor observa uma deliberada arquitetura sociopolítica, a mobilização de vários agentes sociais e a instrumentalização dos campeonatos e uso da construção de estádios para a obtenção de favores eleitorais em direção à consolidação de um campeonato nacional e de um projeto militar de nação, que pretendia desenhar o Brasil, no vácuo da conquista, pela terceira vez, da Copa do Mundo de 1970, como um país vitorioso, bem como a João Havelange como próximo presidente da Fifa. Portanto, adverte o autor, que a notória paixão do brasileiro pelo futebol tem que ser analisada mais além dos essencialismos que a reduzem a uma identificação instantânea e livre da cultura de nosso povo com tal prática como se assim sempre tivesse sido.

Já o segundo tema, é apresentado no oitavo capítulo, por Thiago Passos de Oliveira, que explora a disputa entre torcedores, dirigentes, e demais profissionais do America Football Club por dois mascotes que representariam o referido clube: o diabo (símbolo do ardor e da malícia de um time pequeno que importuna sapecamente os grandes, mas que acabou associada ao baixo e à má fase do time) e a águia (símbolo da renovação, da superação e do alto, mas que eventualmente foi associada ao azar). As implicações deste conflito são analisadas à luz do totemismo e revelam as nuances dos processos de construção das diferentes imagens de um time e de distintas identidades torcedoras internamente a um clube, tais como a influência de um cartunista e a presença de um técnico religioso.

Finalmente, sobre as práticas que levaram os autores a rejeitar o termo esporte, o primeiro capítulo, de Carlos Eduardo Costa, analisa este movimento como se dá nos torneios universitários paulistas. Isto porque tratando das práticas esportivas estudantis, o autor se viu instigado a realizar uma revisão conceitual dos termos festa, jogo e esporte;

já que aspectos da festa e do show apareceram no momento da competição esportiva (como a ampla liberalidade para o consumo de álcool e substâncias alucinógenas e nudez antes, depois e durante as partidas), assim como elementos esportivos estiveram em circulação no espaço das festas e shows (nas competições pelo maior número de relações sexuais tidas ou maior quantidade de bebida alcoólica ingerida). O que sinaliza para o fato de que as competições criadas e geridas pelas atléticas acadêmicas, de forte apelo local, mobilizam outras esferas de interesse e representação do esporte, apesar das investidas da Confederação Brasileira dos Desportos Universitários (CBDU) e do calendário oficial dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) em direção ao esporte higienizador e educativo, e em comparação ao esporte universitário norte-americano, voltado para a produção de atletas de alto rendimento. O caráter predominantemente amadorístico e lúdico destes eventos congrega brincadeiras infantis, música eletrônica e o que o autor chama de práticas excêntricas ou alternativas, tais como o “boliche humano,” a “maratona com pinga” e o “campeonato de bola-beque” e formas particulares do jogar as modalidades tradicionais que permitem, por exemplo, a participação de pessoas destreinadas ou alcoolizadas e “brincar de estátua” ou “arremessar a bola para trás” com a partida valendo.

Reinaldo Olécio Aguiar investiga o que chama de “sociabilidade esportiva” na religião, em específico nas igrejas neopentecostais Renascer em Cristo e Bola de Neve. Ou seja, como dinamizam seus cultos e propagam sua fé a partir da proximidade com um *ethos* esportivo em articulação com seus elementos já conhecidos, tais como: a “teologia da prosperidade,” a “teologia da guerra espiritual” e o “marketing do sagrado.” Para o autor estes elementos aproximam o comportamento religioso dos adeptos destas igrejas à cultura jovem e da sociedade de consumo e a esportivização é parte deste movimento e da constituição do próprio espaço sagrado. O autor descreve como na Renascer em Cristo uma compreensão mais generosa do corpo foi inaugurada com a importância conferida à música gospel e ao espaço da dança no culto e como a Igreja Bola de Neve iniciou suas atividades em uma fábrica de *surfwear* e porque adotou uma prancha de surfe como púlpito, além de se divulgar como igreja “voltada para a X-generation.” Não só os campeonatos de surfe organizados pela segunda igreja para seus fiéis, nem só as cenas de esportes radicais que passam nos telões e as pistas de skate do templo, nem apenas o vocabulário esportivo adotado com a proposta de um “entretenimento gospel,” são identificados pelo autor como elementos da “sociabilidade esportiva” das igrejas evangélicas, mas também a expressão corporal emocionada, a

repetição sistemática dos gestos e a força dos movimentos que revelam o domínio de uma “eficácia presumida” por parte dos fiéis da ação corporal e das coreografias no louvor e na recepção da bênção, a magia em sua prática. Este trabalho demonstra, então, uma possível contração do esporte com a magia e a religião.

Estes dois estudos ilustram o movimento percebido pelos organizadores, no qual, segundo suas palavras, os próprios agentes das pesquisas “esgarçam os significados da categoria esporte a ponto de subvertê-la” em manifestações variadas que combinam, em diferentes graus, ludicidade, performance e competição e que por sua premissa analítica, a da adoção do termo práticas esportivas ao invés de esporte, estariam livres de ser enquadradas forçosamente apenas nas categorias jogo ou esporte. Iniciativa que só tem a contribuir com a investigação sobre manifestações sociais cada vez mais informadas por esta mesma discussão.

Entretanto, é inevitável notar como a coletânea, mesmo partindo de uma proposta mais ampla e comparativa e contando com trabalhos sobre esporte universitário, vôlei e basquete, retrata uma antropologia ainda em vias de problematizar outras modalidades coletivas que não o futebol. E é de se lamentar o atraso de investigações antropológicas realizadas mais sistematicamente e com mais frequência sobre as modalidades olímpicas ou as diversas dinâmicas do jogo, na medida em que práticas distintas destas duas já estavam previstas na agenda antropológica desde as Técnicas Corporais de Marcel Mauss, quando o autor discorre sobre seu alpinismo e a educação do sangue frio. E visto que outras delas, como o surfe, por exemplo, vêm se estruturando no Brasil desde a década de 1930, em contraposição ao futebol, ao olimpismo e ao jogo e conquistam cada vez mais espaço na mídia e na vida social.

Ainda sem saber o que dizer das manifestações “convencionais” a antropologia brasileira se depara agora com um campo crescente de atividades que se pretende não convencional, não olímpico, não futebol, não jogo; mas sim *alternativo, radical, de aventura* ou *na natureza*. É preciso valorizar a iniciativa de Luiz Henrique de Toledo e Carlos Eduardo Costa em propor que se investigue o que chamam de “modalidades coletivas” comparativamente, mas também considerar o que parece ser uma dificuldade da antropologia em contar com estudiosos interessados por outras práticas, que estão em crescente expansão e bastante em voga, e colocar a provocação e o convite. O que seriam “modalidades coletivas”? O *rafting* ou *a corrida de aventura*, por exemplo, teriam “natureza social” ou “forma simbólica” semelhantes às do handebol ou do críquete?

Estes fenômenos já vêm sendo tratados na bibliografia internacional em coletâneas como *To the extreme: alternative sports inside and out* de Robert Rinehart e Synthia Sydnor (SUNY Press: Albany, 2003, 436 p.) e *Understanding lifestyle sports: consumption, identity and difference* de Belinda Wheaton (Routledge: Oxon, 2004, 220 p.) e, em específico na Antropologia, pela revista *Anthropology Today* (2007, n. 6, v. 23) que dedicou este volume exclusivamente aqueles que, intitulados em seu editorial “hazardous sports,” termo seguido de uma interrogação, se pretendem diferentes do que estamos acostumados a estudar na Antropologia do Esporte.

Nesta direção, é de se perguntar em que medida a troca do termo esporte pelo termo práticas esportivas resolve a questão das “práticas híbridas.” É claro que é uma interessante iniciativa e deve ser valorizada. Mas, note-se que a fluidez e imprevisibilidade das categorias provenientes, por exemplo, de campos como o de Reinaldo Aguiar, exposto no segundo capítulo, como a *x-generation* ou que vem se consolidando em torno do termo *aventura*, meu campo de pesquisa, tais como *caminhante* e *expedicionário* nos levam a pensar que o termo práticas esportivas pode vir a ter o mesmo efeito do termo esporte em uma época em que para aqueles que as colocam em circulação as ideias de esporte, jogo ou prática ora se aproximam, ora se distanciam, ora são negadas como categorias nativas. O que nos acostumamos a enquadrar no âmbito dos lazeres, competições ou estilos de vida pode aparecer, então, não só com formas de brincar, se exercitar ou viver, mas de ser e de entender o mundo. E, dizem seus representantes, para apreciá-las é preciso ter, não *visão de jogo*, mas um espírito aventureiro.

Marília Martins Bandeira

Mestranda em Antropologia Social
Universidade Federal de São Carlos
E-mail: martins.marilia@yahoo.com.br

Recebido em 03/12/2010
Aprovado em 30/12/2010